



ACÓRDÃO Nº612/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2002/2009.

Aposos: Processo nº 1801/2016, 2159/2016, 583/2009 e 4149/2008.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: SAMUEL FARIAS DE OLIVEIRA

4- Advogado: Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM 8.456 e Fabio Nunes Bandeira de Melo - 4331

5- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 112119.20022017.0, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

6- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

7.1. Conhecer o presente recurso de Embargos de Declaração do Sr. Samuel Farias de Oliveira, nos termos do art. 1º, inciso XXI da Lei Orgânica c/c art. 11, inciso III, alínea f, item 1 do Regimento Interno, ambos deste TCE\AM.

7.2. Dar Provimento Parcial ao Recurso do Sr. Samuel Farias de Oliveira, no sentido de tão somente excluir a alínea ‘c’ (do inciso III, do art. 22, Lei nº 2.423/1996) do embasamento legal do Acórdão recorrido, mantendo todo o resto, nos termos do art. 1º, inciso XXI da Lei Orgânica c/c art. 11, inciso III, alínea f, item 1 do Regimento Interno, ambos deste TCE\AM.

8- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 8 de Junho de 2017

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

10.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº612/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral